



# RELA- TÓRIO ANUAL

# 2018

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Darcy da Silva Neiva Filho  
*Presidente*

Jaques Davis Carvalho Dias  
*Vice-presidente*

*Conselheiros vogais*  
Adilson Mendes da Silva  
Humberto Euler da Silva Neiva  
Kazuak Mendes Souza Oliveira  
Nelson Roberto Trindade  
Valdemiro Ferreira da Costa Filho  
William Tavares Dias

#### **CONSELHO FISCAL**

*Membros efetivos:*  
Domiciano Santana de Souza  
Mário da Cruz Barbora  
Stanley Wellington Andrade Porto


*Membros suplentes:*  
Adriana Sales Martins  
Jadilson Ferreira Borges  
Josino Neiva Batista


#### **DIRETORIA EXECUTIVA**


Jonas Gomes  
*Diretor de coordenação e financeiro*


José Humberto Borges  
*Diretor administrativo*

[www.sicoobcredigerais.com.br](http://www.sicoobcredigerais.com.br)

 /sicoobcredigerais

 @sicoobcredigerais

 Sicoob Credigerais

 Sicoob Credigerais

#### **NOSSA MISSÃO:**

Fidelizar o cooperado através de um relacionamento de excelência e soluções financeiras adequadas.

#### **NOSSA VISÃO:**

Ser reconhecida como a principal instituição financeira para o cooperado.

#### **NOSSOS VALORES:**

Transparência na gestão;  
Comprometimento com o cooperado;  
Ética nos relacionamentos;  
Solidariedade com a comunidade;  
Responsabilidade socioambiental;  
Manter a essência cooperativista.

#### **NOSSO NEGÓCIO:**

Atender o cooperado em suas necessidades financeiras de forma ágil e sustentável.

---

#### **REGISTRO DE CONSTITUIÇÕES E AUTORIZAÇÃO**

Data de Constituição: 13/04/1995

Publicação no Diário Oficial da União:  
23/05/1995

início das Atividades: 01/09/1995

Autorização de Funcionamento  
BACEN: 95.0004.697/62

Registro na JUCEMG: 3140.000.879-9

CNPJ: 00.698.609/0001-86

Inscrição Municipal: 3161

Registro na OCEMG: 01232

# MENSAGEM DO PRESIDENTE



**Darcy da Silva Neiva Filho**  
Presidente do Conselho de Administração  
do Sicoob Credigerais

Caros Cooperados e Cooperadas,

O Conselho de Administração do Sicoob Credigerais, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, junto com os pareceres de seu Conselho Fiscal e da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

Jorge Khalil, presidente do Conselho Diretivo da Associação Brasileira de Concessionárias Chevrolet (ABRAC), escreveu que “O recado é sempre olhar adiante, colocar nossos negócios na direção do futuro. Não adianta criticar sem resultados. Não adianta culpar a economia ou a política. Não adianta gerar incertezas quando não há solução à vista. Chega de falar em crise. É hora de encarar o desafio, sabendo que já conseguimos superar muitos momentos difíceis – esse não é o primeiro e não será o último”.

E foi prestando muita atenção nesse recado que atravessamos 2018, superando as adversidades, inovando, persistindo e acreditando no potencial do nosso cooperado; oferecendo soluções financeiras adequadas, aperfeiçoando processos administrativos e incorporando recursos tecnológicos que reforçaram a qualidade e a segurança das operações financeiras.

Obtivemos R\$ 15.083.978,81 de sobras brutas em 2018, resultado que equivale a um crescimento de 49,63% em relação a 2017. Nas cooperativas, depois de deduzidos os fundos estatutários e os juros pagos ao capital social, esse saldo pertence aos cooperados. Já os ativos totais, que bateram a cifra de R\$ 283.076.733,34, correspondem a 24,7% a mais que no ano anterior.

O Patrimônio Líquido teve um avanço de 21,05%, registrando R\$ 79.902.686,52 no final do exercício. O capital social da cooperativa elevou-se para R\$ 41.780.955,59 (aumento de 14,13%) e ele representa grande parte de nosso patrimônio líquido.

O capital social exerce papel essencial nas sociedades cooperativas financeiras, sendo instrumento para que possamos cumprir com nossos fins, especialmente no que tange à economia.

O saldo médio do capital dos cooperados é corrigido ao final de cada ano, como previsto no estatuto social, e o percentual aprovado pelo Conselho de Administração resultou num montante de R\$ 1.226.156,20 na forma de juros pagos ao capital, que já foram integralizados aos respectivos saldos. E, após as deliberações assembleares, o capital social de cada cooperado ainda recebe o acréscimo das sobras correspondentes às suas movimentações no período.

Continuamos afirmando que as cooperativas são sociedades de negócios e, como tal, devem ter resultado positivo. O modelo de negócio cooperativo é sustentável por natureza. É economicamente viável e socialmente justo, pois proporciona os mesmos produtos e serviços, com as mesmas condições, a todos os associados. Além disso, estamos sempre atentos à área de responsabilidade social, continuamos prestando apoio às camadas mais carentes das comunidades em que estamos presentes, através das ações sociais.

Apresentamos a você, cooperado, neste relatório anual, todas as atividades desenvolvidas no exercício de 2018. A você, que é o responsável pela nossa expansão, nossos agradecimentos por toda a confiança depositada. Somos gratos a todos aqueles que contribuem para o nosso sucesso.

**Sicoob Credigerais: somos digitais!**  
**Juntos podemos mais!**

Saudações cooperativistas!

# SUMÁRIO

Relatório da Administração .....	5
Demonstrações contábeis:	
Ativo .....	9
Passivo .....	10
Demonstrações de sobras ou perdas .....	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	13
Notas explicativas .....	14
Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis .....	37
Parecer do Conselho Fiscal do Sicoob Credigerais .....	40
Demonstrativo dos Ganhos Indiretos (DGI) .....	41
Informações sociais 2018 .....	42
Gráficos .....	43

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2018 da Cooperativa de Crédito do Norte e Noroeste de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CREDIGERAIS, na forma da Legislação em vigor.

## 1. Política Operacional

Em 2018, o SICOOB CREDIGERAIS completou 23 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito ao seu público-alvo: os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

## 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2018, o SICOOB CREDIGERAIS obteve um resultado de R\$ 14.756.326,09 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 18,47%.

## 3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 89.399.682,53. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 169.751.819,15.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 63.485.668,50	37,40%
Carteira Comercial	R\$ 106.266.150,65	62,60%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 35,25% da carteira, no montante de R\$ 59.760.721,91.

## 4. Captação

As captações, no total de R\$ 138.199.355,04, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo

período do exercício anterior de 7,52%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 53.929.068,67	39,02%
Depósitos a Prazo	R\$ 78.646.440,72	59,61%
Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	R\$ 5.623.845,65	4,07%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 22,01% da captação, no montante de R\$ 30.032.734,46.

## 5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIGERAIS era de R\$ 74.992.654,94. O quadro de associados era composto por 12.921 cooperados, havendo uma redução de 9,28% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

## 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL CECREMGE, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB CREDIGERAIS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

## 7. Governança Corporativa

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos e externos que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de

ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## **8. Conselho Fiscal**

Eleito bianualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar, de forma sistemática, os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

## **9. Código de Ética**

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIGERAIS aderiram, em 2007, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## **10. Sistema de Ouvidoria**

A Ouvidoria, constituída em 2007, representou um importante avanço a serviço dos cooperados. Dispõe de diretor responsável pela área e de um

ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a Ouvidoria do SICOOB CREDIGERAIS registrou 22 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 22 reclamações, 14 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

### **11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop**

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as coopera-

tivas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos (FGC), ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições e ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

### **Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Paracatu/MG, 08 de março de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





# ATIVO

COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE  
E NOROESTE DE MINAS GERAIS LTDA  
SICOOB CREDIGERAIS  
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>	<b>217.114.816,35</b>	<b>186.110.515,63</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>3.436.356,23</b>	<b>1.753.818,15</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota 4)</b>	<b>14.046.791,74</b>	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.046.791,74	
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	-	<b>323.954,73</b>
Carteira Própria	-	323.954,73
<b>Relações Interfinanceiras (Nota 5)</b>	<b>89.399.682,53</b>	<b>97.565.916,50</b>
Centralização Financeira - Cooperativas	89.399.682,53	97.565.916,50
<b>Operações de Crédito (Nota 6)</b>	<b>104.931.610,43</b>	<b>80.649.455,14</b>
Operações de Crédito	115.689.131,75	89.852.564,01
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.757.521,32)	(9.203.108,87)
<b>Outros Créditos (Nota 7)</b>	<b>1.075.771,66</b>	<b>1.572.555,30</b>
Créditos por Avais e Fianças Honrados	226.447,18	153.107,63
Rendas a Receber	601.193,31	623.694,05
Diversos	428.300,42	1.048.241,97
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(180.169,25)	(252.488,35)
<b>Outros Valores e Bens (Nota 8)</b>	<b>4.224.603,76</b>	<b>4.244.815,81</b>
Outros Valores e Bens	4.056.669,30	4.156.334,18
(Provisões para Desvalorizações)	(8.482,79)	(5.845,54)
Despesas Antecipadas	176.417,25	94.327,17
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>54.062.687,40</b>	<b>30.272.305,41</b>
<b>Operações de Crédito (Nota 6)</b>	<b>54.062.687,40</b>	<b>30.264.122,35</b>
Operações de Crédito	54.062.687,40	30.264.122,35
<b>Outros Créditos (Nota 7)</b>		<b>8.183,06</b>
Diversos		8.183,06
<b>Permanente</b>	<b>11.899.229,59</b>	<b>10.624.487,36</b>
<b>Investimentos (Nota 9)</b>	<b>7.061.379,33</b>	<b>6.014.559,49</b>
Participações em Cooperativas	7.059.829,33	6.013.009,49
Outros Investimentos	1.550,00	1.550,00
<b>Imobilizado em Uso (Nota 10)</b>	<b>4.641.536,22</b>	<b>4.340.770,03</b>
Imóveis de Uso	1.200.000,00	1.200.000,00
Outras Imobilizações de Uso	6.445.403,56	5.668.166,69
(Depreciações Acumuladas)	(3.003.867,34)	(2.527.396,66)
<b>Intangível</b>	<b>196.314,04</b>	<b>269.157,84</b>
Ativos Intangíveis	737.973,86	708.964,63
(Amortização Acumulada)	(541.659,82)	(439.806,79)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>283.076.733,34</b>	<b>227.007.308,40</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PASSIVO

COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE  
E NOROESTE DE MINAS GERAIS LTDA  
SICOOB CREDIGERAIS  
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Valores expressos reais – R\$)

PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>	<b>187.530.195,76</b>	<b>156.434.890,53</b>
<b>Depósitos (Nota 12)</b>	<b>132.575.509,39</b>	<b>123.293.176,15</b>
Depósitos à Vista	53.929.068,67	47.521.908,04
Depósitos a Prazo	78.646.440,72	75.771.268,11
<b>Recursos de Aceite e Emissão de Títulos (Nota 13)</b>	<b>5.623.845,65</b>	<b>4.917.137,48</b>
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	5.623.845,65	4.917.137,48
<b>Relações Interfinanceiras (Nota 14)</b>	<b>40.611.434,07</b>	<b>18.737.012,77</b>
Repasse Interfinanceiros	40.611.434,07	18.737.012,77
<b>Relações Interdependências (Nota 15)</b>	<b>219.298,84</b>	<b>2.303.514,83</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros	219.298,84	2.303.514,83
<b>Obrigações Por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 14)</b>	<b>45.624,93</b>	<b>271.467,97</b>
Outras Instituições	45.624,93	271.467,97
<b>Outras Obrigações (Nota 16)</b>	<b>8.454.482,88</b>	<b>6.912.581,33</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	48.025,99	65.241,22
Sociais e Estatutárias	4.006.590,70	2.932.050,96
Fiscais e Previdenciárias	527.781,68	448.109,96
Diversas	3.872.084,51	3.467.179,19
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>15.643.851,06</b>	<b>4.565.595,46</b>
<b>Relações Interfinanceiras (Nota 14)</b>	<b>15.613.851,06</b>	<b>4.535.595,46</b>
Repasse Interfinanceiros	15.613.851,06	4.535.595,46
<b>Outras Obrigações (Nota 16)</b>	<b>30.000,00</b>	<b>30.000,00</b>
Diversas	30.000,00	30.000,00
<b>Patrimônio Líquido (Nota 18)</b>	<b>79.902.686,52</b>	<b>66.006.822,41</b>
<b>Capital Social</b>	<b>41.780.955,59</b>	<b>36.607.316,09</b>
De Domiciliados no País	41.814.846,41	36.625.079,98
(Capital a Realizar)	(33.890,82)	(17.763,89)
<b>Reserva de Lucros</b>	<b>32.578.601,89</b>	<b>24.404.838,67</b>
<b>Sobras Acumuladas</b>	<b>5.543.129,04</b>	<b>4.994.667,65</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>283.076.733,34</b>	<b>227.007.308,40</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRES OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017			
Descrição	2º Sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>19.517.586,01</b>	<b>37.453.414,70</b>	<b>32.010.582,41</b>
Operações de Crédito	18.668.274,69	36.482.647,05	31.347.214,18
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	437.680,91	559.137,24	663.368,23
Resultado das Aplicações Compulsórias	411.630,41	411.630,41	-
<b>DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(8.700.247,20)</b>	<b>(16.449.699,94)</b>	<b>(19.483.367,80)</b>
Operações de Captação no Mercado	(2.646.018,40)	(5.216.206,83)	(7.704.877,53)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(1.853.579,53)	(3.136.614,50)	(1.975.092,12)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.200.649,27)	(8.096.878,61)	(9.803.398,15)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>10.817.338,81</b>	<b>21.003.714,76</b>	<b>12.527.214,61</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS</b>	<b>(3.399.804,60)</b>	<b>(6.066.447,73)</b>	<b>(4.808.532,61)</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	2.222.814,51	4.280.767,72	3.495.918,11
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	2.171.422,36	4.157.984,95	3.308.542,44
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(6.379.747,04)	(12.204.512,47)	(10.899.066,22)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(4.890.406,77)	(9.512.030,51)	(9.679.060,17)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(284.368,84)	(581.496,23)	(372.008,78)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (Nota 21)	1.594.450,51	3.224.035,28	2.032.881,56
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.920.082,31	6.000.788,17	8.271.971,09
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (Nota 22)	(754.051,64)	(1.431.984,64)	(967.710,64)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>7.417.534,21</b>	<b>14.937.267,03</b>	<b>7.718.682,00</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 23)</b>	<b>(83.136,78)</b>	<b>(2.803,68)</b>	<b>226.771,38</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>7.334.397,43</b>	<b>14.934.463,35</b>	<b>7.945.453,38</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(354.640,10)</b>	<b>(548.790,41)</b>	<b>(410.878,68)</b>
Provisão para Imposto de Renda	9.395,92	(96.319,92)	(98.504,47)
Provisão para Contribuição Social	(15.464,27)	(81.817,34)	(79.223,04)
Participações no Lucro (Sobra)	(348.571,75)	(370.653,15)	(233.151,17)
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO</b>	<b>-</b>	<b>(8.314.693,57)</b>	<b>(4.447.730,27)</b>
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(1.385.782,26)	(1.390.263,09)
Reserva Legal		(6.928.911,31)	(3.057.467,18)
<b>LUCRO/PREJUÍZO (SOBRA/PERDA)</b>	<b>6.979.757,33</b>	<b>6.070.979,37</b>	<b>3.086.844,43</b>
<b>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 20)</b>	<b>(1.226.156,20)</b>	<b>(1.226.156,20)</b>	<b>(640.870,68)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO (SOBRA/PERDA) LÍQUIDO</b>	<b>5.753.601,13</b>	<b>4.844.823,17</b>	<b>2.445.973,75</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

EVENTOS	CAPITAL		RESERVAS DE SOBRAS				Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias	Contingências	Expansão		
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>29.277.546,04</b>	<b>(30.993,52)</b>	<b>19.432.589,87</b>	<b>294.372,89</b>	<b>-</b>	<b>1.230.107,83</b>	<b>3.275.994,15</b>	<b>53.479.617,26</b>
Destinação de Sobras Exercício Anterior:								
Doação							(250.000,00)	(250.000,00)
Ao FATES							(400.000,00)	(400.000,00)
Constituição de Reservas					100.000,00	1.875.994,15	(1.975.994,15)	
Ao Capital	1.392.039,95						(1.392.039,95)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados							(10.150,80)	(10.150,80)
Movimentação de Capital:								-
Por Subscrição/Realização	3.962.431,25	13.229,63						3.975.660,88
Por Devolução (-)	(3.539.521,96)							(3.539.521,96)
<b>Saldo de Incorporação</b>	<b>4.911.446,30</b>		<b>887.689,36</b>				<b>752.190,75</b>	<b>6.551.326,41</b>
<b>Reversões de Reservas</b>			(192.582,97)	(294.372,89)		(1.986.426,75)	2.473.382,61	-
<b>Reversões de FATES</b>							75.311,29	75.311,29
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>							7.534.574,70	7.534.574,70
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>								
Provisão de Juros ao Capital							(640.870,68)	(640.870,68)
Subscrição do Juros ao Capital	623.336,00							623.336,00
IRRF sobre Juros ao Capital	(2.197,60)							(2.197,60)
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>							(778.769,65)	(778.769,65)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>								-
. Fundo de Reserva			3.057.467,18				(3.057.467,18)	-
. F A T E S							(611.493,44)	(611.493,44)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>36.625.079,98</b>	<b>(17.763,89)</b>	<b>23.185.163,44</b>	<b>-</b>	<b>100.000,00</b>	<b>1.119.675,23</b>	<b>4.994.667,65</b>	<b>66.006.822,41</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior: (Nota 18)</b>								
Ao FATES							(994.667,65)	(994.667,65)
Constituição de Reservas						2.000.000,00	(2.000.000,00)	
Ao Capital	1.974.916,95						(1.974.916,95)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados							(25.083,05)	(25.083,05)
<b>Movimentação de Capital:</b>								-
Por Subscrição/Realização	5.556.597,04	(16.126,93)						5.540.470,11
Por Devolução (-)	(3.531.764,32)							(3.531.764,32)
Estorno de Capital	(583,00)							(583,00)
<b>Reversões de Reservas</b>					(56.842,22)	(698.305,87)	698.305,87	(56.842,22)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>							14.385.672,94	14.385.672,94
<b>Remuneração de Juros ao Capital: (Nota 20)</b>								
Provisão de Juros ao Capital							(1.226.156,20)	(1.226.156,20)
Subscrição do Juros ao Capital	1.197.685,24							1.197.685,24
IRRF sobre Juros ao Capital	(7.085,48)							(7.085,48)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>								-
. Fundo de Reserva			6.928.911,31				(6.928.911,31)	-
. F A T E S							(1.385.782,26)	(1.385.782,26)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>41.814.846,41</b>	<b>(33.890,82)</b>	<b>30.114.074,75</b>	<b>-</b>	<b>43.157,78</b>	<b>2.421.369,36</b>	<b>5.543.129,04</b>	<b>79.902.686,52</b>
<b>Saldos em 30/06/2018</b>	<b>39.470.151,77</b>	<b>(58.745,78)</b>	<b>23.185.163,44</b>	<b>-</b>	<b>43.157,78</b>	<b>3.071.016,20</b>	<b>7.454.574,64</b>	<b>73.165.318,05</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>								-
Por Subscrição/Realização	3.127.974,53	24.854,96						3.152.829,49
Por Devolução (-)	(1.973.750,65)							(1.973.750,65)
Estorno de Capital	(129,00)							(129,00)
<b>Reversões de Reservas</b>						(649.646,84)	649.646,84	(129,00)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>							6.979.757,33	-
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>								6.979.757,33
Provisão de Juros ao Capital							(1.226.156,20)	(1.226.156,20)
Subscrição do Juros ao Capital	1.197.685,24							1.197.685,24
IRRF sobre Juros ao Capital	(7.085,48)							(7.085,48)
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>								-
. Fundo de Reserva			6.928.911,31				(6.928.911,31)	-
. F A T E S							(1.385.782,26)	(1.385.782,26)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>41.814.846,41</b>	<b>(33.890,82)</b>	<b>30.114.074,75</b>	<b>-</b>	<b>43.157,78</b>	<b>2.421.369,36</b>	<b>5.543.129,04</b>	<b>79.902.686,52</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

DESCRIÇÃO	2º Sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício</b>	<b>7.334.397,43</b>	<b>14.934.463,35</b>	<b>7.945.453,38</b>
IRPJ / CSLL	(6.068,35)	(178.137,26)	(177.727,51)
Participações no Lucro (Sobra)	(348.571,75)	(370.653,15)	(233.151,17)
Provisão para Operações de Crédito	1.455.457,63	1.554.412,45	3.638.110,45
Provisão de Juros ao Capital	(1.226.156,20)	(1.226.156,20)	(640.870,68)
Depreciações e Amortizações	344.272,42	687.443,57	633.563,49
	<b>7.553.331,18</b>	<b>15.401.372,76</b>	<b>11.165.377,96</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(588.276,75)	(14.046.791,74)	-
Títulos e Valores Mobiliários	274.150,54	323.954,73	8.424.978,41
Operações de Crédito	(33.263.430,52)	(49.635.132,79)	(21.370.765,52)
Outros Créditos	446.287,84	504.966,70	(497.499,74)
Outros Valores e Bens	(65.183,04)	20.212,05	(1.682.709,88)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos à Vista	6.307.335,32	6.407.160,63	13.938.144,08
Depósitos a Prazo	(177.988,33)	2.875.172,61	17.232.800,89
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	1.587.388,08	706.708,17	2.401.893,28
Outras Obrigações	1.594.154,93	1.541.901,55	2.421.381,93
Relações Interdependências	205.621,05	(2.084.215,99)	29.206,03
Relações Interfinanceiras	19.689.218,91	32.952.676,90	873.415,64
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(71.725,29)	(225.843,04)	(370.772,73)
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>3.490.883,92</b>	<b>(5.257.857,46)</b>	<b>32.565.450,35</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Saldos de Incorporação - Imobilizado de Uso			(1.273.768,81)
Saldos de Incorporação - Investimento			(665.897,53)
Saldos de Incorporação - Intangível			(297.625,95)
Saldos de Incorporação - Depreciações			791.906,18
Saldos de Incorporação - Amortização			144.016,70
Alienação de Imobilizações de Uso	65.395,83	71.630,79	7.840,16
Aplicação no Intangível	(3.580,00)	(29.009,23)	(43.753,43)
Inversões em Imobilizado de Uso	(843.538,51)	(957.987,52)	(1.169.607,50)
Inversões em Investimentos		(1.046.819,84)	(1.371.489,99)
Outros Ajustes			(50.621,72)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(781.722,68)</b>	<b>(1.962.185,80)</b>	<b>(3.929.001,89)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	3.152.829,49	5.540.470,11	3.975.660,88
Devolução de Capital a Cooperados	(1.973.750,65)	(3.531.764,32)	(3.539.521,96)
Estorno de Capital	(129,00)	(583,00)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(25.083,05)	(10.150,80)
Saldos de Incorporação - Capital Social			4.911.446,30
Saldos de Incorporação - Reservas			887.689,36
Saldos de Incorporação - Sobras			752.190,75
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	(994.667,65)	(400.000,00)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(778.769,65)
FATES Sobras Exercício	(1.385.782,26)	(1.385.782,26)	(611.493,44)
Doação			(250.000,00)
Reversão de Fates			75.311,29
Subscrição do Juros ao Capital	1.197.685,24	1.197.685,24	623.336,00
IRRF sobre Juros ao Capital	(7.085,48)	(7.085,48)	(2.197,60)
Reversão de Reserva de Contingência		(56.842,22)	
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>983.767,34</b>	<b>736.347,37</b>	<b>5.633.501,13</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>3.692.928,58</b>	<b>(6.483.695,89)</b>	<b>34.269.949,59</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquidas</b>			
No Início do Período	89.143.110,18	99.319.734,65	65.049.785,06
No Fim do Período (Nota 3 - u)	92.836.038,76	92.836.038,76	99.319.734,65
<b>Variação Líquida das Disponibilidades</b>	<b>3.692.928,58</b>	<b>(6.483.695,89)</b>	<b>34.269.949,59</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# NOTAS EXPLICATIVAS



# NOTAS EXPLICATIVAS

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE E NOROESTE DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CREDIGERAIS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2018 E 2017.  
(Em Reais)**

## **1. Contexto Operacional**

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE E NOROESTE DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CREDIGERAIS é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 01/09/1995, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIGERAIS possui **11** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ARINOS - MG, UNAÍ - MG, JOÃO PINHEIRO - MG, BURITIS - MG, PARACATU - MG, JANAÚBA - MG, MONTE AZUL - MG, ESPINOSA - MG.**

O SICOOB CREDIGERAIS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **08/03/2019**.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes

# NOTAS EXPLICATIVAS

à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### **d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a



capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliados pelo método de custo de aquisição.

#### **h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

# NOTAS EXPLICATIVAS

## **m) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

## **n) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

## **o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

## **p) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

## **q) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

## **r) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante e os prazos superiores no longo prazo (não circulante).

## **s) Valor recuperável de ativos – impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

## **t) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

#### u) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	3.436.356,23	1.753.818,15
Relações interfinanceiras - centralização financeira	89.399.682,53	97.565.916,50
<b>TOTAL</b>	<b>92.836.038,76</b>	<b>99.319.734,65</b>

#### 4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em depósito interfinanceiro de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.046.791,74	0
<b>TOTAL</b>	<b>14.046.791,74</b>	

Os depósitos interfinanceiros de liquidez referem-se, substancialmente, a aplicações no Bancoob e tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao **Bancoob S/A**.

#### 5. Relações interfinanceiras

Em inserção manual de texto de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	89.399.682,53	97.565.916,50
<b>TOTAL</b>	<b>89.399.682,53</b>	<b>97.565.916,50</b>

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

# NOTAS EXPLICATIVAS

## 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	462.346,10	0	<b>462.346,10</b>	531.171,56
Empréstimos	44.479.786,63	36.205.626,31	<b>80.685.412,94</b>	68.975.138,33
Títulos Descontados	16.868.704,24	0	<b>16.868.704,24</b>	17.341.230,03
Financiamentos	3.402.613,70	4.847.073,67	<b>8.249.687,37</b>	5.269.296,84
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	50.475.681,08	13.009.987,42	<b>63.485.668,50</b>	27.999.849,60
(-) Provisões para Operações de Crédito	-10.757.521,32		<b>-10.757.521,32</b>	-9.203.108,87
<b>TOTAL</b>	<b>104.931.610,43</b>	<b>54.062.687,40</b>	<b>158.994.297,83</b>	<b>110.913.577,49</b>

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	3.086.628,78	0,00	0,00	179.397,40	3.266.026,18		2.318.588,59	
A 0,5% Normal	35.607.178,14	4.728.752,24	2.110.310,26	42.340.461,44	84.786.702,08	-423.933,51	59.509.595,50	-297.547,98
B 1% Normal	26.631.379,96	5.315.497,95	4.186.408,38	18.828.755,75	54.962.042,04	-549.620,42	29.590.231,81	-295.902,32
B 1% Vencidas	323.549,01	164.013,42	5.190,88	0,00	492.753,31	-4.927,53	969.225,94	-9.692,26
C 3% Normal	5.692.483,90	2.228.698,61	1.088.624,23	1.235.244,50	10.245.051,24	-307.351,54	13.625.010,49	-408.750,31
C 3% Vencidas	1.237.401,53	121.135,99	64.133,94	0,00	1.422.671,46	-42.680,14	2.167.670,96	-65.030,13
D 10% Normal	847.863,09	382.162,28	219.747,61	454.072,92	1.903.845,90	-190.384,59	995.851,03	-99.585,10
D 10% Vencidas	548.240,47	235.113,34	153.767,00	0,00	937.120,81	-93.712,08	241.315,67	-24.131,57
E 30% Normal	351.348,86	98.725,84	24.460,28	0,00	474.534,98	-142.360,49	355.389,53	-106.616,86
E 30% Vencidas	434.832,82	19.611,81	64.916,46	117.994,13	637.355,22	-191.206,57	1.689.869,81	-506.960,94
F 50% Normal	737.288,72	133.322,16	20.357,08	0,00	890.967,96	-445.483,98	601.020,07	-300.510,04
F 50% Vencidas	1.128.576,04	141.214,34	20.890,93	0,00	1.290.681,31	-645.340,66	1.184.559,68	-592.279,84
G 70% Normal	4.851,11	2.670,87	0,00	0,00	7.521,98	-5.265,39	299.842,63	-209.889,84
G 70% Vencidas	2.222.647,30	71.293,54	86.095,84	17.602,78	2.397.639,46	-1.678.347,62	941.012,47	-658.708,73
H 100% Normal	2.553.983,61	58.701,78	8.918,99	12.929,27	2.634.533,65	-2.634.533,65	1.215.442,99	-1.215.442,99
H 100% Vencidas	2.665.852,34	241.443,43	195.865,49	299.210,31	3.402.371,57	-3.402.371,57	4.412.059,19	-4.412.059,19
<b>Total Normal</b>	<b>75.513.006,17</b>	<b>12.948.531,73</b>	<b>7.658.826,83</b>	<b>63.050.861,28</b>	<b>159.171.226,01</b>	<b>-4.698.934,36</b>	<b>108.510.972,64</b>	<b>-2.934.245,83</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>8.561.099,51</b>	<b>993.825,87</b>	<b>590.860,54</b>	<b>434.807,22</b>	<b>10.580.593,14</b>	<b>-6.058.586,96</b>	<b>11.605.713,72</b>	<b>-6.268.863,05</b>
<b>Total Geral</b>	<b>84.074.105,68</b>	<b>13.942.357,60</b>	<b>8.249.687,37</b>	<b>63.485.668,50</b>	<b>169.751.819,15</b>	<b>-10.757.521,32</b>	<b>120.116.686,36</b>	<b>-9.203.108,87</b>
<b>Provisões</b>	<b>-8.742.963,82</b>	<b>-735.351,32</b>	<b>-436.890,35</b>	<b>-842.314,26</b>	<b>-10.757.521,32</b>		<b>-9.203.108,87</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>75.331.141,86</b>	<b>13.207.006,28</b>	<b>7.812.797,02</b>	<b>62.643.354,24</b>	<b>158.994.297,83</b>		<b>110.913.577,49</b>	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil (BCB).

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	11.567.342,51	19.432.432,62	36.205.626,31	<b>67.205.401,44</b>
Financiamentos	966.096,93	2.436.516,77	4.847.073,67	<b>8.249.687,37</b>
Financiamentos Rurais	2.366.535,77	48.109.145,31	13.009.987,42	<b>63.485.668,50</b>
Título Descontado	15.440.157,00	1.428.547,24		<b>16.868.704,24</b>
Conta Corrente	13.942.357,60		0	<b>13.942.357,60</b>
<b>TOTAL</b>	<b>44.282.489,81</b>	<b>71.406.641,94</b>	<b>54.062.687,40</b>	<b>169.751.819,15</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	4.784.080,01	25.249.455,53	7.631.270,02	5.090.714,00	42.755.519,56	25%
Setor Privado - Indústria	5.828,94	207.380,67	11.934,62	0,00	225.144,23	0%
Setor Privado - Serviços	5.418.985,57	24.766.107,48	5.146.481,68	6.827.943,21	42.159.517,94	25%
Pessoa Física	3.677.269,89	24.954.851,46	4.017.367,55	51.567.011,29	84.216.500,19	50%
Outros	56.193,19	277.293,67	61.650,37	0,00	395.137,23	0%
<b>TOTAL</b>	<b>13.942.357,60</b>	<b>75.455.088,81</b>	<b>16.868.704,24</b>	<b>63.485.668,50</b>	<b>169.751.819,15</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	9.203.108,87	5.564.998,42
Constituição		12.956.281,32
Transferência para prejuízo - Incorporado		-2.662.154,49
Transferência para prejuízo	-6.705.394,12	-6.656.016,38
<b>TOTAL</b>	<b>10.757.521,32</b>	<b>9.203.108,87</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	5.541.275,66	3,00%	3.049.515,26	3,00%
10 Maiores Devedores	37.513.873,18	22,00%	22.671.250,69	19,00%
50 Maiores Devedores	83.382.282,75	49,00%	50.844.961,56	42,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

# NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	14.935.135,09	8.148.218,91
Saldo da incorporada		2.662.154,49
Valor das operações transferidas no período	6.705.394,12	6.656.016,38
Valor das operações recuperadas no período	-4.195.099,34	-2.531.254,69
<b>TOTAL</b>	<b>17.445.429,87</b>	<b>14.935.135,09</b>

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados	226.447,18	153.107,63
Rendas a Receber (a)	601.193,31	623.694,05
Diversos (b)	428.300,42	1.056.425,03
(-) Provisões para Outros Créditos	-180.169,25	-252.488,35
<b>TOTAL</b>	<b>1.075.771,66</b>	<b>1.580.738,36</b>

- (a) Em rendas a receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do Sicoob Central Cecemge (R\$ 449.787,80), Rendas de serviços prestados (R\$ 99.089,37), outras rendas a receber (R\$ 48.403,00) e rendas a receber da previdência social – INSS (R\$ 3.913,14);
- (b) Títulos de créditos a receber (R\$ 199.050,53), Adiantamento e antecipações salariais (R\$ 48.092,95), Adiantamento para pagamentos de nossa conta (R\$ 7.047,45), Imposto e contribuições a compensar (R\$ 105.401,95), Pagamentos a ressarcir (R\$331,11), Pendências a regularizar (R\$ 31.548,96) e outros (R\$ 36.827,47).
- (c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
A					10.208,94	51,04
B	409,16		409,16	4,09	327.010,20	3.270,18
C					215.348,73	6.460,55
D	356,97		356,97	35,70	18.872,24	1.887,24
E	217,56	50.867,06	51.084,62	15.325,39	30.565,31	9.169,62
F	961,03	37.035,66	37.996,69	18.998,36	19.754,49	9.877,30
G	1.316,11	41.465,64	42.781,75	29.947,24	8.599,71	6.019,78
H	18.779,65	97.078,82	115.858,47	115.858,47	215.752,64	215.752,64
<b>Total Geral</b>	<b>22.040,48</b>	<b>226.447,18</b>	<b>248.487,66</b>	<b>180.169,25</b>	<b>846.112,26</b>	<b>252.488,35</b>
<b>Provisões</b>	<b>- 20.286,52</b>	<b>- 159.882,73</b>	<b>- 180.169,25</b>		<b>- 252.488,35</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>1.753,97</b>	<b>66.564,46</b>	<b>68.318,43</b>		<b>593.623,91</b>	

## 8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	4.056.669,30	4.156.334,18
(Provisões para Desvalorizações) (b)	-8.482,79	-5.845,54
Despesas Antecipadas (c)	176.417,25	94.327,17
<b>TOTAL</b>	<b>4.224.603,76</b>	<b>4.244.815,81</b>

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos à depreciação ou correção.
- (b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.
- (c) Registram-se ainda no grupo as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

## 9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	5.940.614,01	5.016.470,54
Participações inst financ controlada coop crédito	1.119.215,32	996.538,95
Outros Investimentos	1.550,00	1.550,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.061.379,33</b>	<b>6.014.559,49</b>

## 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em Curso (a)		11.880,92	0,00
Terrenos		1.200.000,00	1.200.000,00
Instalações	10%	1.234.847,98	763.771,68
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		-285.446,45	-178.481,22
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.891.185,72	2.664.627,59
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		-1.185.335,34	-1.034.322,89
Sistema de Comunicação	20%	100.563,40	99.229,40
Sistema de Processamento de Dados	10%	1.444.095,59	1.402.972,94
Sistema de Segurança	10%	297.369,19	274.058,19
Sistema de Transporte	20%	465.460,76	463.506,89
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		-1.533.085,55	-1.314.592,55
<b>TOTAL</b>		<b>4.641.536,22</b>	<b>4.340.770,03</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

## 11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2018	31/12/2017
Softwares - Adquiridos Antes de 01/10/2013	10%	38.172,94	38.172,94
Direito de Uso - Adquiridos Antes de 01/10/2013	10%	319.018,42	319.018,42
Marcas e Patentes - Adquiridos Após 01/10/2013	10%	120.000,00	120.000,00
Direito de Uso - Adquiridos Após 01/10/2013	20%	260.782,50	231.773,27
<b>TOTAL</b>		<b>737.973,86</b>	<b>708.964,63</b>
Amortização acumulada	-	-541.659,82	-439.806,79
<b>TOTAL</b>		<b>196.314,04</b>	<b>269.157,84</b>

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se à licença de uso do Sistema de Informática do Sicoob (SISBR), adquirida em 01 de junho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

## 12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Deposito à Vista	53.929.068,67		47.521.908,04	
Deposito a Prazo	78.646.440,72	0,47	75.771.268,11	0,50
<b>TOTAL</b>	<b>132.575.509,39</b>		<b>123.293.176,15</b>	



a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	6.200.048,59	5,00%	10.771.026,05	9,00%
10 Maiores Depositantes	22.349.769,60	16,00%	26.114.651,74	20,00%
50 Maiores Depositantes	46.304.925,80	34,00%	51.591.195,99	40,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	-4.730.487,74	-7.258.490,29
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-283.033,80	-261.495,37
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-202.685,29	-184.891,87
<b>TOTAL</b>	<b>-5.216.206,83</b>	<b>-7.704.877,53</b>

### 13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	5.623.845,65	4.917.137,48
<b>TOTAL</b>	<b>5.623.845,65</b>	<b>4.917.137,48</b>

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de emissão da Cooperativa que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

### 14. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	2 % a 11,30% a.a	07/02/2019 a 26/06/2023	56.225.285,13	23.272.608,23
Obrigações Por Repasses do País - BDMG	1,50%a.a	10/04/2021	45.624,93	271.467,97
<b>TOTAL</b>			<b>56.270.910,06</b>	<b>23.544.076,20</b>

### 15. Relações Interdependências

# NOTAS EXPLICATIVAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento (a)	214.000,00	2.301.550,00
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	5.298,84	1.964,83
<b>TOTAL</b>	<b>219.298,84</b>	<b>2.303.514,83</b>

- (a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados para melhor adequação contábil.

## 16. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	48.025,99	65.241,22
Sociais e Estatutárias	4.006.590,70	2.932.050,96
Fiscais e Previdenciárias	527.781,68	448.109,96
Diversas	3.902.084,51	3.497.179,19
<b>TOTAL</b>	<b>8.484.482,88</b>	<b>6.942.581,33</b>

### 16.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros	348.571,75	208.559,92
Resultado de Atos com Associados (a)	1.414.057,91	611.493,44
Resultado de Atos com Não Associados (a)	1.303.640,86	1.371.356,97
Cotas de Capital a Pagar (b)	940.320,18	740.640,63
<b>TOTAL</b>	<b>4.006.590,70</b>	<b>2.932.050,96</b>

- (a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
- (b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

## 16.2. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	527.781,68	448.109,96
<b>TOTAL</b>	<b>527.781,68</b>	<b>448.109,96</b>

## 16.3. Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques Administrativos (a)	3.098,44	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (b)	10.822,35	18.873,11
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (c)	985.124,02	1.441.989,62
Provisão para Pagamentos a Efetuar (d)	1.656.963,83	1.108.605,61
Provisão para Passivos Contingentes (e)	30.000,00	30.000,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (f)	530.690,28	283.616,79
Credores Diversos – País (g)	685.385,59	614.094,06
<b>TOTAL</b>	<b>3.902.084,51</b>	<b>3.497.179,19</b>

- (a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com operações de créditos repactuadas, referente ao cheque administrativo emitido para pagamento de “troco” das operações repactuadas quando o cooperado não possui mais conta corrente com a Cooperativa.
- (b) Referem-se às obrigações por Aquisição de Bens e Direitos;
- (c) Trata-se de provisão para pagamento de conta salário;
- (d) Referem-se à provisão para pagamento de água e luz, telecomunicação, serviços de terceiros, salários, provisão de férias, encargos de férias, entre outros;
- (e) Referem-se à provisão para passivos contingentes referente ao processo trabalhista da Cooperativa incorporada;
- (f) Refere-se à contabilização, a partir de 01/01/2018, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 22.825.421,56. R\$ 20.974.148,36 em 31/12/2017, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito

# NOTAS EXPLICATIVAS

de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

- (g) Referem-se a pendências a serem regularizadas no valor de R\$ 685.385,59, deste valor R\$ 429.670,12 é referente a compras Mastercard Maestro não debitado no extrato do Bancoob, debitado na conta dos cooperados. O valor de R\$ 43.794,13 é referente a cheques descontados ora devolvidos enviados para a compensação. O valor de R\$ 17.124,92 alterações da conta transitória controles gerais para renegociação de dívida para a nova rubrica transitória – renegociação de dívidas – outros créditos os créditos foram migrados. O valor de R\$ 3.661,15 refere-se a valores residuais de contas encerradas para posterior repasse para os cooperados. O valor de R\$ 22.350,00, referente a valores em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de aposentadorias, pensões, pecúlios e similares etc. O valor de R\$ 13.404,31 é referente às diferenças de caixa a maior para posterior regularização. Os valores de R\$ 49.245,45 são referentes a valores de cartões de compras próprio da cooperativa, saldos remanescentes nas faturas dos cooperados. Valor de R\$ 17.957,99 referente a provisionamento para pagamento de mensalidade do SICOOB CENTRAL CECREMGE.

## 17. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIGERAIS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2018, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.564.065,80 com recursos provenientes do SICOOB Cotas Partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	41.780.955,59	36.607.316,09
Associados	12.921	14.243

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

#### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24/04/2018, os cooperados deliberaram pelo rateio proporcional no aumento da cota capital no valor de R\$ 2.000.000,00, para FATES (FUNDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL) no valor R\$ 994.667,65, o valor de R\$ 2.000.000,00 para o Fundo de Reserva de Expansão com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 4.994.667,65.

#### d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	13.159.516,74	6.893.704,02
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriados ao FATES		(778.769,65)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	13.159.516,74	6.114.934,37
Destinações estatutárias		
Reserva legal	(6.928.911,31)	(3.057.467,18)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	(1.385.782,26)	(611.493,44)
Reversão de reversa	698.305,87	2.548.693,90
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>5.543.129,04</b>	<b>4.994.667,65</b>

### 19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	13.159.516,74	1.282.603,61
Despesas específicas de atos não cooperativos	- 11.632.855,91	- 177.727,52
<b>Resultado operacional</b>	<b>1.704.798,09</b>	<b>1.104.876,09</b>
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	- 178.137,26	- 326.106,45
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.526.660,83	-
Outras deduções (conforme Res. 129/16 e Res. 145/16)	- 2.312.082,35	
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	- 785.421,52	778.769,65

# NOTAS EXPLICATIVAS

## 20. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP) e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 21. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	905.745,09	691.239,91
Rendas Juros Cartões de Crédito	436.760,51	433.932,87
Rendas Multas Por Atraso – Cartão de Crédito	231.837,03	78.145,61
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	19.712,25	14.263,95
Crédito Receita Sipag - Antecipação	988.659,16	11.379,55
Rendas Intercâmbio – Cartão de Crédito	19.187,51	174.989,62
Rendas Intercambio - Cartão de Débito	0	3.067,54
Dividendos	122.668,70	114.551,67
Distribuição De Sobras Da Central	268.314,10	0
Outras Rendas Operacionais	231.150,93	511.310,84
<b>TOTAL</b>	<b>3.224.035,28</b>	<b>2.032.881,56</b>

## 22. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-54.147,32	-43.383,02
Despesas de Descontos Concedidos	-231.116,28	-1.603,40
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-514.183,27	-327.667,81
Provisão para Passivos Trabalhistas	0	-5.000,00
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-4.874,91	-11.041,26
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-2.426,44	-6.072,43
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	0	-183.496,97
Outras Despesas Operacionais	-284.791,27	-90.191,10
Garantias Financeiras Prestadas	-340.445,15	-299.254,65
<b>TOTAL</b>	<b>-1.431.984,64</b>	<b>-967.710,64</b>

## 23. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	86.405,58	126.408,30
Ganhos de Capital	83.088,51	144.934,91
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-47.605,83	0,00
(-) Perdas de Capital	-122.054,69	-38.726,29
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-2.637,25	-5.845,54
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-2.803,68</b>	<b>226.771,38</b>

## 24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.680.289,02	0,37%	28.138,62
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	5.882,39	0%	2,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.686.171,41</b>	<b>0,37%</b>	<b>28.140,62</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>3.976.802,46</b>	<b>2,55%</b>	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	29.041,45	456,24	1%
Conta Garantida	71.645,72	716,41	1%
Crédito Rural	155.431,99	1.554,32	0%
Empréstimo	533.342,26	27.575,20	1%
Financiamento	31.602,73	158,01	0%
Títulos Descontados	40.139,47	90,31	0%

# NOTAS EXPLICATIVAS

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	665.329,44	1,28%	0%
Depósitos a Prazo	3.135.853,57	3,72%	0,46%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	2,23%	1,85% a 3,10%
Empréstimos	2,39%	1,80% a 3,50%
Financiamento	1,93%	1,60% a 2,00%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	94,69%	95,00 % CDI

#### PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018

CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,48%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,14%
Credito Rural (modalidades)	0,06%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	206.589,83
Empréstimos e Financiamentos	503.559,86
Títulos Descontados	22.080,12

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

#### BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)

Honorários - Conselho Fiscal	-72.000,00
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-590.400,00
Encargos Sociais	-138.240,00



## 25. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DO NORTE E NOROESTE DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CREDIGERAIS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIGERAIS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira	89.399.682,53	97.565.916,50
Investimentos	5.940.614,01	5.016.470,54

## 26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório

# NOTAS EXPLICATIVAS

descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

## **26.1. Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

## **26.2. Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) Utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) Análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) Definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) Realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) Definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) Projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) Diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### **26.3. Risco de Crédito**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### **26.4. Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### **26.5. Risco Socioambiental**

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

### **26.6. Gestão de Continuidade de Negócio**

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

## **27. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

# NOTAS EXPLICATIVAS

## 28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

## 29. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	30.000,00	0,00	30.000,00	8.183,06
<b>TOTAL</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>8.183,06</b>

a) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDIGERAIS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 43.000,00. Essas ações abrangem, basicamente cíveis, acerca das principais características das ações, quando relevantes.

PARACATU-MG, 31 de dezembro de 2018.

Darcy da Silva Neiva Filho  
Presidente do Conselho de Administração

Jonas Gomes  
Diretor de Coordenação e Financeiro

José Humberto Borges  
Diretor Administrativo

Orismar Pereira  
Contador – CRC MG- 092371/O-1

# RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito do Norte e Noroeste de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CREDIGERAIS  
Paracatu / MG**

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito do Norte e Noroeste de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CREDIGERAIS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIGERAIS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central

# RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 28 de março de 2019.



Elisângela de Cássia Lara  
Contadora - CRC MG 086.574/O  
CNAI 3.750

# PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SICOOB CREDIGERAIS

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março de 2019 às 15h00min (quinze horas), reuniu-se em caráter extraordinário o Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito do Norte e Noroeste de Minas Gerais Ltda – Sicoob Credigerais, na Unidade Administrativa, com a presença dos seguintes conselheiros fiscais: Srs. Stanley Wellington Andrade Porto, Mario da Cruz Barbosa e Domiciano Santana de Sousa, para fins de análise das Demonstrações Contábeis e Financeiras e ainda para emissão do parecer do Conselho Fiscal, que será remetido à Assembleia Geral Ordinária (A.G.O.) da Cooperativa, que se realizará dentro do prazo legal no ano de 2019. Após as análises, decidimos emitir o seguinte parecer:

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL:**

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito do Norte e Noroeste de Minas Gerais Ltda - Sicoob Credigerais, pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista o resultado das reuniões de verificações realizadas no decorrer do primeiro e segundo semestre do ano de 2018, para fins previstos no artigo 85 do Estatuto Social e após metucioso exame dos documentos que compõem os balanços gerais e as demonstrações das contas de sobras e de perdas, onde o Ativo e o Passivo apresentam no final do exercício o montante de R\$ 283.076.733,34 (duzentos e oitenta e três milhões, setenta e seis mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) e as sobras a disposição da A.G.O. no valor de R\$ 5.962.112,57 (cinco milhões, novecentos e sessenta e dois mil, cento e doze reais e cinquenta e sete centavos), declara que os mesmos refletem os resultados das operações realizadas no exercício em referência, o que nos leva a emitir o parecer favorável para que as contas apresentadas sejam aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no prazo legal.

Paracatu/MG, 29 de Março de 2019.

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião às 15h40min (quinze horas e quarenta minutos), quando eu, Mario da Cruz Barbosa, lavrei a presente ata que, aprovada sem ressalvas, segue assinada por todos os presentes.

Stanley Wellington Andrade Porto  
Coordenador

Mario da Cruz Barbosa  
Secretário

Domiciano Santana de Sousa  
Vogal



# DEMONSTRATIVO DOS GANHOS INDIRETOS - DGI

OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Taxa de juros)	COOPERATIVA		BANCOS	
Adiantamentos a Depositantes	8,98%	R\$ 485.929,19	19,15%	R\$ 1.089.691,59
Empréstimos	2,25%	R\$ 16.196.247,20	3,64%	R\$ 26.177.996,71
Cheque Especial	3,67%	R\$ 1.462.043,99	12,51%	R\$ 4.987.814,75
Conta Garantida	3,07%	R\$ 3.840.979,58	13,07%	R\$ 16.449.817,63
Títulos Descontados	2,28%	R\$ 4.315.289,78	2,71%	R\$ 5.131.635,16
Financiamentos	1,95%	R\$ 1.649.948,61	1,85%	R\$ 1.568.580,47
Financiamento Rural	0,79%	R\$ 4.533.453,53	0,79%	R\$ 4.494.700,97
Recursos Livres	1,62%	R\$ 891.044,53	1,62%	R\$ 891.044,53
Recursos Repassados	0,58%	R\$ 1.248.997,80	0,58%	R\$ 1.248.997,80
Recursos Poupança Rural	0,81%	R\$ 2.393.411,20	0,81%	R\$ 2.393.411,20
(-) Provisão para Crédito em Liquidação	7,03%		6,45%	
<b>TOTAL</b>	<b>2,01%</b>	<b>R\$ 32.483.891,88</b>	<b>3,71%</b>	<b>R\$ 59.900.237,26</b>
<b>(a) GANHOS COM JUROS PAGOS SOBRE OPERAÇÕES</b>				<b>R\$ 27.416.345,38</b>

Fonte: BACEN/SGS e SISBR (2018)

PACOTE DE TARIFAS (Implantação em C/C)	COOPERATIVA		BANCOS	
Valor dos Pacotes por Cooperado PF		R\$ 15,00		R\$ 55,10
Estimativa de C/C com Pacote Implantado		4.361		4.788
<b>Receita Total com Pacotes PF</b>		<b>R\$ 822.632,50</b>		<b>R\$ 3.170.619,30</b>
Valor dos Pacotes por Cooperado PJ		R\$ 25,00		80,55
Estimativa de C/C com Pacote Implantado		4.255		3.928
<b>Receita Total com Pacotes PJ</b>		<b>R\$ 1.233.410,00</b>		<b>R\$ 3.698.856,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.056.042,50</b>		<b>R\$ 6.869.475,30</b>
<b>(b) GANHOS COM PACOTE DE TARIFAS</b>				<b>R\$ 4.813.432,80</b>

Fonte: FEBRABAN/STAR e SISBR (2018)

APLICAÇÕES FINANCEIRAS (Remuneração Média)	COOPERATIVA		BANCOS	
Percentual da taxa sobre o CDI (% am)		95%		92%
<b>TOTAL</b>		<b>0,49%</b>		<b>0,48%</b>
<b>Taxa Média do CDI durante o ano (% am)</b>	<b>0,52%</b>			
<b>Saldo Médio das Aplicações Financeiras no ano</b>	<b>R\$ 80.111.196,31</b>			
<b>(c) GANHOS COM RENDIMENTOS EM APLICAÇÕES</b>				<b>R\$ 129.245,71</b>

**RESULTADO GERADO PELOS GANHOS INDIRETOS (a + b + c) R\$ 32.359.023,89**

**GANHO INDIRETO POR SÓCIO-COOPERADO\* R\$ 2.281,42**

\*Apurado mensalmente e acumulado ao longo do exercício

**(d) REMUNERAÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO DOS SÓCIOS R\$ 1.226.156,20**

**(e) SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO PARA DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS R\$ 13.159.516,74**

**RESULTADO BRUTO DIRETO GERADO PELA COOPERATIVA (d + e) R\$ 14.385.672,94**

**SOMATÓRIO DOS GANHOS DIRETOS E INDIRETOS R\$ 46.744.696,83**

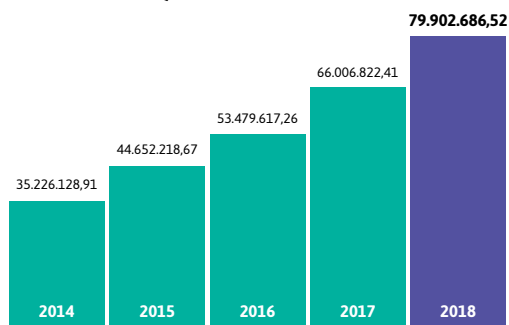
**Índice dos Ganhos Indiretos sobre o Resultado Direto 2,25**

# INFORMAÇÕES SOCIAIS 2018

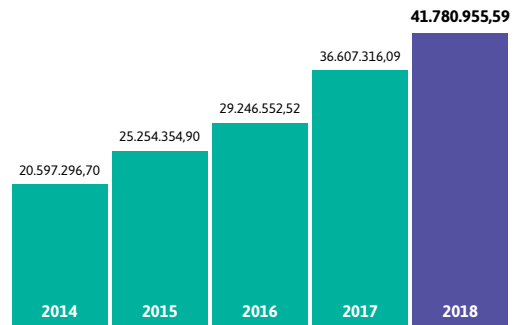
QUADRO SOCIAL	SALDO
Número de cooperados no início do exercício	14.243
Novos cooperados	1.615
Cooperados desligados	2.937
<b>Número de cooperados no final do exercício</b>	<b>12.921</b>
QUADRO FUNCIONAL	SALDO
Número de empregados no início do exercício	141
Número de admissões durante o exercício	25
Número de demissões no exercício	25
<b>Número de empregados no final do exercício</b>	<b>141</b>
Número de terceirizados	20
Número de estagiários	10
Número de aprendizes	6
INVESTIMENTO E GASTO COM OS FUNCIONÁRIOS E COOPERADOS	VALOR (R\$)
Assistência Médica e Odontológica	199.662,61
Educação	27.354,87
Capacitação e desenvolvimento social	374.682,78
Salários (funcionários e estagiários)	6.865.099,30
Alimentação	1.532.305,55
Seguro de vida em grupo	44.394,53
<b>Total</b>	<b>9.043.499,64</b>
USO E APLICAÇÃO DO FATES	VALOR (R\$)
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	67.199,78
Asilo São Vicente de Paula	44.740,62
Associações Combate ao Câncer (Unai e Arinos)	23.600,00
Rotary Clube	13.000,00
Entidades Religiosas	2.549,68
Conselho Comunitário Segurança e Polícia Militar	15.746,00
Doações diversas	54.657,24
Interacoope	107.382,57
Bolsa Escola Cooperado	487.426,42
<b>Total</b>	<b>816.302,31</b>
TRIBUTOS	VALOR (R\$)
Tributos e contribuições Federais (PIS, COFINS, ISSQN, IRPJ, CSSL)	541.370,65
INSS empregados	2.128.808,15
FGTS	600.040,01
Tributos e taxas estaduais e municipais	227.804,95
<b>Total de tributos</b>	<b>3.498.023,76</b>

# GRÁFICOS

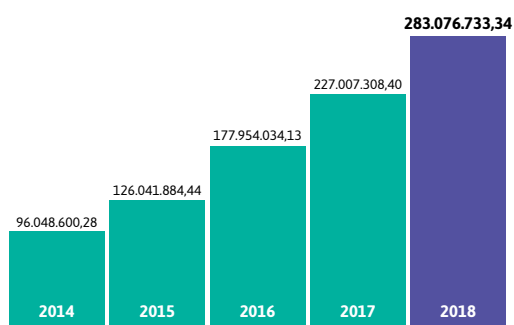
PATRIMÔNIO LÍQUIDO



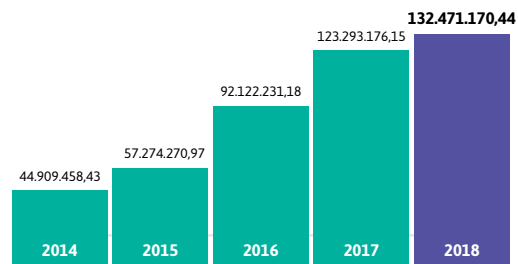
CAPITAL SOCIAL



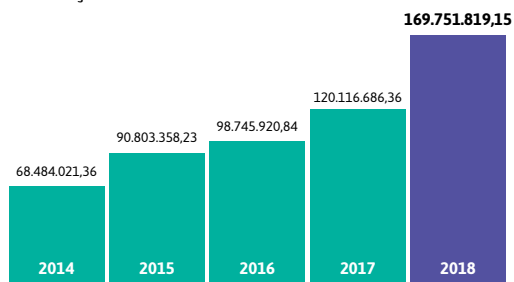
ATIVOS TOTAIS



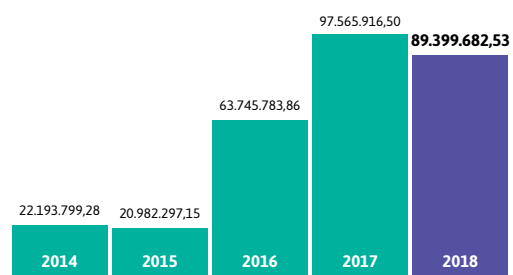
DEPÓSITOS À VISTA E A PRAZO



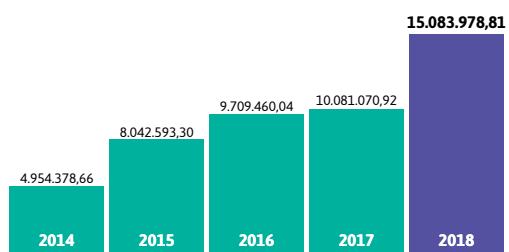
OPERAÇÕES DE CRÉDITO



RESERVA FINANCEIRA



SOBRAS BRUTAS



JUROS AO CAPITAL

